

Resenhas

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Isabella Duarte Pinto Meucci<sup>1</sup>

A conhecida frase do romance de Lampedusa – “Tudo deve mudar para que tudo fique como está” – é o fio condutor das reflexões produzidas no recente livro organizado por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. No sentido aqui atribuído, a ideia de mudança não pode ser dissociada de suas continuidades inerentes. Por isso, ao analisar cinquenta anos depois o que foi a ditadura com um “olhar mais analítico e menos passional” (p. 7), o livro nos fornece uma importante contribuição para refletirmos sobre o que ainda nos resta desse período por meio de um olhar “interessado politicamente e compromissado com o repúdio à violência e ao autoritarismo” (*idem*).

Os treze artigos que compõem a coletânea apresentam uma pluralidade de considerações produzidas recentemente por historiadores, sociólogos, economistas e cientistas políticos. Entre temas já clássicos e novas abordagens, os pesquisadores realizam um debate que busca apreender de maneira crítica nosso passado político para que seja possível entender seu legado no presente.

Daniel Aarão Reis e Rodrigo Patto Sá Motta, em seus respectivos artigos, investigam essas continuidades por meio do conceito de “cultura política”. Esse conceito está presente de forma mais detalhada no artigo de Reis, “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista”, entendido da seguinte forma:

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

“Por cultura política entendo ‘um conjunto de representações portadoras de normas e valores que constituem a identidade das grandes famílias políticas’. ‘Uma espécie de código’ ou ‘um conjunto de referências’, amplamente disseminadas ‘no seio de uma família ou tradição política’ formando um sistema coerente de visão de mundo, construído por um ‘substrato filosófico’ (...) Quando surge e se afirma, uma cultura política responde a condições e demandas econômicas, políticas e culturais. Mas não é apenas ‘reflexiva’. Ao se desenvolver, e se consolidar, uma cultura política contribui para modelar as sociedades em que vigora. (...) A cultura política nacional-estatista tem uma arraigada história nesse país e no conjunto da América Latina” (p. 14).

O “nacional estatismo”, próprio da cultura política do Brasil e do restante da América Latina, teria se iniciado com a ditadura do Estado Novo nesse país. É nesse sentido que para o autor o grande questionamento seria: “até que ponto e em que medida essa cultura política, amplamente compartilhada, não se terá construído antes da ditadura, continuado com ela, embora sofrendo metamorfoses, e perdurado, modificando-se, depois dela?” (*idem*). A preocupação de Reis está associada às permanências, em diferentes momentos históricos, de elementos relacionados a essa cultura política, que fazem com que o período ditatorial não seja uma “exceção à regra”.

Já Motta, em “A modernização autoritária conservadora nas universidades e a influência da cultura política”, analisa a relação do regime com as universidades. Para o autor, aqueles que venceram em 1964, ainda que atacassem as promessas do governo deposto, apropriaram-se de alguns de seus projetos e ideias, que foram implantados de forma autoritária e elitista – como é o caso da reforma universitária. Essa relação seria ambígua e conciliatória, constatada não apenas no período ditatorial, mas influenciada por traços da própria cultura política brasileira. Um desses traços da cultura política seria a tendência à acomodação interelites, que teria marcado o próprio processo de transição do regime militar para um regime democrático.

Um dos entraves das posições adotadas pelos autores acima é que, ao aceitar a existência de uma “cultura política” que se modifica incessantemente para perdurar, cria-se a ideia de que estaríamos fadados a um ciclo interminável, do qual as saídas parecem impossíveis de serem vislumbradas. As

transformações nunca seriam possíveis porque as mudanças estão sempre em primeiro plano, garantindo que tudo permaneça da mesma forma.

Há outros dois artigos que também promovem a ideia de continuidade, mas não utilizam o conceito de cultura política para compreender as similitudes de diferentes momentos. O artigo de Miriam Gomes Saraiva e Tullo Vigevani, “Política externa do Brasil: continuidade em meio à descontinuidade, de 1961 a 2011”, aponta para as aproximações entre certos períodos no âmbito da política externa brasileira. Ao focalizar elementos estruturais dessa política, ressaltando convergências e diferenças, os autores identificam que mesmo em governos considerados ideologicamente opostos – Jânio Quadros, João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva - as posições brasileiras em relação ao exterior não deixariam de condicionar a ação do Estado.

Ricardo Antunes e Marco Aurélio Santana em “Para onde foi o ‘novo sindicalismo’? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical” também atentam para as permanências, mas agora em outra esfera, a do movimento operário e sindical. Surgido entre as décadas de 1970 e 1980, o chamado “novo sindicalismo” buscava estabelecer um corte total com a trajetória desse movimento, mas ainda que possuísse traços de novidade para o contexto, exibiria marcas de continuidade na retomada de práticas já experimentadas. Tanto no período ditatorial quanto em regimes democráticos, suas possibilidades e limitações demonstrariam não conseguir superar barreiras tradicionais.

Nessas análises sobre a política externa brasileira e o movimento sindical, as preocupações dos autores estão voltadas mais para os problemas estruturais de nossa política e menos para as questões culturais de nossa sociedade. No entanto, enquanto a continuidade da política externa não é vista como uma questão a ser superada, o movimento sindical e o “novo sindicalismo” ainda carecem de encontrar seus caminhos e ultrapassar seus limites.

Além da utilização da ideia de uma “cultura política”, há outro importante conceito que perpassa alguns dos artigos: a “modernização conservadora”. O projeto modernizador teria sido implantado tendo como par inseparável a conservação e a consolidação de pilares tradicionais da ordem social, possuindo como base a exclusão de parte das classes subordinadas e a incorporação subalterna de segmentos populares mais afortunados – essa seria uma

característica da chamada “velha combinação entre moderno e arcaico que marca a sociedade brasileira” (p. 8). Essa ideia está presente no já citado artigo de Motta, mas também no de Marcelo Ridenti, “As oposições à ditadura: resistência e integração”. O sociólogo, ao buscar compreender a relação das oposições com o regime ditatorial, afirma que os governos militares “promoveram o desenvolvimento, embora à custa do cerceamento das liberdades democráticas e com grande concentração de riquezas” (p. 37). Daquele período, o que ainda nos assombra seria a naturalização da organização capitalista de nossa sociedade, entendida como o caminho necessário à modernidade. Por isso, ainda que avancemos em lutas por direitos democráticos e sociais, estaríamos caminhando quase que num sentido civilizador pela estrada capitalista, que seguiria sem ameaças.

Os artigos assinados por Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, “Mudanças sociais no período militar (1964-1985)” e “Transformações econômicas no período militar (1964-1985)”, demonstram com uma grande riqueza de dados como ocorreram expressivas e aceleradas mudanças no campo social e econômico. No início da ditadura, a área trabalhista sofreu o impacto da nova legislação salarial, com consequências diretas no reajuste dos salários e na própria distribuição de renda: “a redução deliberada dos salários, o chamado ‘arrocho salarial’, restringiu tanto a demanda agregada quanto os custos da mão de obra para a iniciativa privada” (p. 94). No entanto, o regime autoritário precisava de legitimidade política, que só poderia ser obtida por meio do crescimento econômico. O “milagre econômico” teria acontecido entre 1967 a 1973, quando associaram-se as boas condições do mercado internacional e a capacidade ociosa do setor produtivo, colocando em prática um programa de crescimento com uma política econômica expansionista. Os autores atentam para o fato de que o “milagre econômico” viria acompanhado da concentração de renda, do endividamento externo, da modernização da agricultura com base na estrutura fundiária extremamente concentrada, e da inflação galopante ao final do regime.

A temática da modernidade conservadora também serve como pano de fundo para a análise de Miriam Hermeto sobre o teatro brasileiro à época do regime em “O engajamento, entre a intenção e o gesto: o campo teatral brasileiro durante a ditadura militar”. A cientista política afirma que os

paradoxos da produção cultural se inseriam nas ambiguidades desse processo. Dessa maneira, uma nova forma de fazer teatral se construía em meados da década 1970: “híbrida, entre o engajamento e os interesses comerciais” (P. 212).

A leitura desses artigos promove, dessa maneira, a concepção de que a modernização conservadora (e autoritária) possibilitou a existência de um regime ditatorial, e não o contrário. No sentido aqui analisado, não foi o regime ditatorial que atuou como uma via, determinada pela conjuntura histórico-política, para a modernização do capitalismo brasileiro. O problema dessas análises é que o sentido da ditadura não pode ser entendido se deslocarmos o capitalismo de seu centro, pois o Estado capitalista foi mesmo modernizado, mas para se adequar a necessidades históricas de reprodução do capitalismo associadas a uma nova correlação de forças advindas do pós-guerra. Por isso, qualquer forma de “desenvolvimento” advinda dessas mudanças representava outros tantos problemas de desigualdade social e de concentração de renda.

Pode-se dizer que há uma terceira ideia importante para a compreensão da ditadura e suas implicações atuais, presente em um conjunto de artigos: o esquecimento e a construção da memória coletiva. O artigo de Mariana Joffily, “O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento”, possibilita o entendimento da atuação do regime no âmbito da força e do confronto, através de uma apreciação das práticas autoritárias da polícia política e dos órgãos de informação e segurança. Elencando a arquitetura desse aparato, assim como seus métodos, locais de origem e fissuras, a historiadora traça um panorama acerca do desenvolvimento da estrutura repressiva no período ditatorial. Por meio do levantamento dessa estrutura é possível lembrar que cinquenta anos após o golpe “os responsáveis por sequestros, torturas, assassinatos e demais violências, fosse na arquitetura do sistema repressivo, fosse na execução de tarefas do dia a dia, continuam impunes” (P. 170).

É por essa impunidade e esse filtro da memória que Renato Ortiz, no artigo “Revisando o tempo dos militares” afirma que “os tempos da ditadura deixaram um mal-estar que se prolonga até hoje” (P. 125). Enquanto em todo o Cone Sul a sociedade civil conseguiu rever seu passado violento, atravessado por ditaduras, o Brasil continua sendo excepcionalmente o país que esqueceu torturas e assassinatos de seus militantes políticos.

Um dos entraves para que os agentes da repressão sejam responsabilizados judicialmente encontra-se no âmbito das negociações e concessões feitas pelo regime, que tem como um de seus exemplos a Anistia de 1979. Esse é o tema do artigo de Carla Simone Rodeghero, “A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje”, que problematiza as relações entre anistia e esquecimento. Aquela que pretendia ser “ampla, geral e irrestrita”, tornou-se “parcial e recíproca” devido às mudanças feitas pelo projeto governamental implantado em 1979. O potencial conciliador da lei foi uma maneira de pacificar conflitos, utilizando o esquecimento de forma positiva. Para a historiadora, romper com essa tradição de esquecimento é ainda um desafio atual, tanto para a construção de um novo significado para a anistia quanto para a o que considera a consolidação de nossa democracia.

A mesma preocupação pode ser encontrada em “Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé”, de Janaína Martins Cordeiro. Em busca do que restou na memória coletiva sobre Médici em sua cidade natal, a pequena Bagé, a historiadora conclui que a cidade pode ser a síntese da nação, “de seus complexos, limites e dificuldades para lidar com o passado recente” (p. 199). Isso porque Bagé ainda possui uma relação complexa com os anos da ditadura, na qual diferentes memórias se apresentam em disputa e sobre as quais paixões políticas ainda são atuantes. Entre o que a autora chama de “memória positiva” e o esquecimento, há importantes mediações que atuam para manter o equilíbrio da sociedade, tanto em Bagé quanto no restante do país. Por isso, ao perguntar “por que lembrar?”, enfrenta-se ainda a base das memórias e dos silêncios que constituem as relações de nossa sociedade com a ditadura e os ditadores. Anderson da Silva Almeida, em “A grande rebelião: os marinheiros de 1964 por outros faróis”, também se desdobra sobre a questão da memória. Ao analisar o movimento dos marinheiros ocorrido em 1964, pouco antes do golpe, o autor apresenta novos fatos e contribuições para a versão amplamente difundida do acontecimento.

As discussões em torno da memória coletiva e do esquecimento são muito importantes para reavivar questionamentos acerca de um tema que envolve complexas relações de poder. Como afirmou Reis, “a memória é assim: substitui evidências por interesses” (p. 13), representando assim um campo de disputa e um espaço no qual se constrói a luta pela emancipação humana. Por isso, se

ainda nos resta um “mal estar” em relação à ditadura, seu combate deve ser feito menos pela necessidade de “consolidação de uma democracia”, mas mais pelo imperativo de dar nome e voz à história daqueles que foram perseguidos, presos, torturados e mortos. Não há como nada ser consolidado se isso não estiver no horizonte dos que se preocupam com interesses daqueles que nunca estiveram presentes nessas memórias.

No entanto, deve-se ressaltar que não é somente nas permanências do regime em nosso aparato jurídico e policial, na memória coletiva ou na impunidade de torturadores, mas também nas estruturas estatais que transcendem regimes políticos que se encontram ainda componentes do Estado ditatorial. Romper com essas continuidades que levaram a uma transição conservadora está muito além de um problema de cultura política.

Por fim, pode-se concluir que a maior contribuição dos artigos presentes em *A ditadura que mudou o Brasil*, tomadas suas particularidades e pluralidades, é a ideia de que a ditadura se configura não como uma exceção, mas como continuação. As análises da coletânea relembram que o passado ainda está presente na forma de alguns males ativos, próprios de uma sociedade que sofreu um processo de transição conservadora. Entre o novo e o antigo, o moderno e o conservador, o conflito e a negociação, ocorreram mudanças que mantiveram os pilares da ordem estabelecida. Ainda que os textos explicitem o que o período ditatorial representou em suas complexas relações, bem como as marcas que ainda restaram em nossa sociedade, a questão de como superar esses problemas latentes parece ainda estar em aberto para os autores.

Nesse sentido, há um longo e incerto caminho a ser percorrido até que seja possível romper, não apenas com as permanências da cultura política brasileira, mas também com nossa própria estrutura política. Essa é uma página que só poderá ser virada quando deixar de ser escrita da mesma maneira, quando as mudanças não servirem mais para que tudo fique como está, dando lugar a verdadeiras transformações.



MENDONÇA, Carlos Eduardo Rebello de. *Trotsky e a Europa Ocidental do entre guerras: marxismo revolucionário, democracia burguesa e luta pela hegemonia*. Rio de Janeiro: Gramma; Faperj, 2012.

Maurício Bernardino Gonçalves<sup>1</sup>

Há um pensamento bastante difundido entre as esquerdas marxistas que estabelece uma distinção fundamental ou dualismo entre as mediações políticas necessárias para a conquista do poder e a transição ao socialismo e os diferentes tipos de sociedades. Para as centrais, ou “ocidentais”, o mais acertado seria impulsionar uma guerra de posição. Para as periféricas, ou “orientais”, a guerra de movimento. Segundo essa interpretação, advinda de uma ainda hegemônica leitura da obra de Gramsci, que talvez o próprio marxista sardo tenha ajudado a disseminar, a teoria da *revolução permanente* de Trotsky seria inadequada para as sociedades de capitalismo avançado uma vez que estaria vinculada à mediação da guerra de movimento e seria incapaz de levar em conta formações sociais mais complexas com uma interação dinâmica entre Estado e sociedade civil.

O livro de Mendonça é no essencial um debate teórico e político que procura problematizar essa interpretação, tendo como matéria-prima os ensaios de Trotsky sobre a Europa Ocidental do entre guerras feitos “a quente”, ou seja, na medida em que as lutas sociais e políticas na Inglaterra, Alemanha, França e Espanha do período se desenvolviam. Em suma, é um estudo, como bem coloca o subtítulo do livro, sobre marxismo revolucionário, democracia burguesa e a luta pela hegemonia. Depois de seu *Trotsky diante do socialismo real* [São Paulo:

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp) – Araraquara.

FGV/Faperj, 2010], este é o segundo volume de uma trilogia sobre a trajetória política e o legado teórico de Lev Davidovitch Bronstein que o autor se propôs a elaborar. O terceiro, seguindo mais ou menos o enfoque cronológico, levará Trotsky ao “Novo Mundo” e o fará “defrontar-se, no fim da vida, com o grande refúgio de uma vida política burguesa expurgada do idioma de classe: os Estados Unidos” (p. 169).

Os anos do entre guerras na Europa Ocidental, segundo Mendonça,

“não seriam um período de miséria e agitação revolucionárias generalizadas, mas de recuperação limitada e indecisa, pontilhada por explosões de descontentamentos sem direção definida, de uma mistura entre a luta de classes mais ou menos espontânea e ocasionais insurreições proletárias, sobre o pano de fundo do descontentamento pequeno-burguês com os valores sociais, morais e políticos da velha burguesia”

em que “na ausência da revolução proletária, o fascismo acabou por tomar a cena” (p. 10). Assim, para o autor, a importância dos textos conjunturais de Trotsky do período reside na capacidade que eles têm de nos fornecer ensinamentos para os dias de *hoje*, pois existiriam algumas aproximações entre tal período dramático e o nosso próprio tempo, onde uma crise estrutural se arrasta e coloca em contraposição crescente o desenvolvimento do capital e a democracia liberal-formal. Além disso, há pelo menos outros dois motivos que tornam o livro relevante: (a) o fato de nos dar mais alguns subsídios para um aprofundamento crítico sobre a natureza da dicotomia “Gramsci-Trotsky” e “Ocidente-Oriente” já mencionada, e; (b) a possibilidade que nos oferece de entender e revisitar a própria evolução política e intelectual de Trotsky, de sua teoria da revolução permanente e, com isso, dos caminhos e descaminhos do marxismo revolucionário na primeira metade do século XX.

Nas análises concretas de Trotsky sobre a Inglaterra, o seu trânsito pelas esferas cultural e ideológica chama a atenção. Comentando-as, o autor afirma que Trotsky chega “independentemente a uma expressão rudimentar do conceito gramsciano de hegemonia” (p. 52). Além das observações penetrantes sobre a política de frente popular na França e na Espanha da década de 1930 feitas pelo autor de *Questões do modo de vida*, onde percebemos como frente única e frente popular são dois métodos políticos incompatíveis e com relações

muito diversas com a questão da conquista da hegemonia, e uma vez que “está na Alemanha a chave da situação internacional” (p. 75), é à ascensão, significados e consequências do fascismo alemão que o grosso do livro é dedicado. É aqui que podemos perceber de modo mais expressivo o método dialético de Trotsky em ação: *antirreduccionismo, reciprocidade e autonomia relativa* entre as esferas socioeconômica e política sob o primado da *totalidade* do capitalismo internacional aliado à ênfase na especificidade do “nível” *político* e sua capacidade de reincidir sobre a história em desenvolvimento. Foi com tal método, por exemplo, que ele conseguiu visualizar que em determinadas condições sociais dramáticas, e frente à incapacidade das classes sociais fundamentais em dar uma saída para a crise, que a pequena-burguesia foi alçada de modo desesperado à liderança política, levando a cabo um programa racista, nacionalista xenófobo, rancoroso, antipopular, implacável e ao mesmo tempo funcional à sobrevivência do capital em crise. Seguindo Trotsky, Mendonça mostra que o nazismo hitleriano “desejava, de certa forma, salvar a burguesia de si mesma” (p. 106). Ou seja, em condições de crise crônica do capital as mais singulares combinações entre as “esferas” da política e da economia são possíveis, sem que elas tenham que obrigatoriamente “corresponder” uma à outra.

Mas, o que unifica todos esses textos conjunturais de Trotsky? Qual a sua atualidade? De modo resumido:

“que a política operária nas democracias liberais burguesas tem uma base material: as ilhas de democracia proletária (sindicatos, associações, etc) no interior da democracia burguesa, as quais não são simplesmente um prolongamento das velhas instituições parlamentares, mas também o seu oposto, uma clareira no meio da floresta, onde a floresta continua, mas de uma forma *transformada*, oposta à sua dinâmica própria [...]. Se as ‘ilhas’ não forem preservadas e ampliadas, a floresta retomará todo o espaço. O que todas as apreciações de Trotsky a respeito das lutas políticas da esquerda na Europa Ocidental do entre guerras tem em comum está precisamente no *exercício da democracia direta* – sob a direção do proletariado organizado – *no interior da democracia burguesa ‘representativa’*, de dar um conteúdo real ao invólucro democrático formal, dentro das possibilidades concretas oferecidas por cada situação específica. [...] trata-se de realizar uma *tarefa originalmente burguesa* – a emancipação política humana – *sob a liderança política do proletariado*. É

precisamente na capacidade da classe operária de estender-se politicamente para além das suas ‘ilhas’ [...] que se realiza a irrupção do discursivo dentro de uma concepção materialista da História” (p. 185-186).

Seja como for que entendamos a relação “Gramsci-Trotsky” e ainda que a elaboração sobre a luta pela hegemonia civil no primeiro tenha um desenvolvimento teórico singular, a teoria da *revolução permanente* não pode ser entendida como incompatível com a luta pela hegemonia ou como uma mera guerra manobrada unilateral como muitos insistem ou querem acreditar.

Os escritos de Trotsky analisados, das derrotas das lutas proletárias radicais principalmente na Espanha e França até especialmente a experiência da ascensão e consolidação do fascismo alemão, episódios para os quais o stalinismo teve responsabilidades longe de secundárias, e mesmo efetivamente criminosas, deixam-nos as seguintes lições: “se a burguesia imperialista tiver que escolher entre a democracia sem o imperialismo ou o imperialismo sem a democracia, ela inevitavelmente escolherá a segunda opção” (p. 177), por isso é que “a esquerda mundial não pode subordinar suas posições à ‘luta antifascista’, isto é, apoiar governos imperialistas liberal-burgueses em oposição ao nazifascismo” (p. 176).

Ao fim da leitura, a tese mais fortemente defendida é a de que a necessidade da constituição de uma liderança revolucionária é *indispensável* como um poder *material* fundamental para a emancipação, exatamente porque de uma dada *situação* de classe não surge imediata e necessariamente uma *ideologia* de classe politicamente correspondente. Será que também aqui podemos pensar em aproximações com a concepção de *moderno príncipe* em Gramsci?

Todavia, que combinação de fatores contribuiu para o não aparecimento ou consolidação de tal liderança revolucionária em nenhum dos países analisados durante o período focado pelo livro? Como se relacionaram os elementos da objetividade/materialidade do capitalismo com as “condições subjetivas” existentes à época? São algumas das questões que o texto nos suscita.

Quanto à sua trajetória intelectual e política, foi a partir dessas análises, especialmente após a chegada de Hitler ao poder e o conseqüente esmagamento das organizações dos trabalhadores no país da Europa Ocidental com uma das mais pujantes tradições proletárias, que o revolucionário russo fortaleceu sua

convicção na necessidade da constituição de uma *nova* direção revolucionária, a partir do pano de fundo de sua análise de um capitalismo em *agonia ou putrefação*. Assim, ele afirmou algum tempo depois que “a crise histórica da humanidade se *reduz* à crise da direção revolucionária”, assertiva influente ainda hoje, principalmente entre muitos círculos trotskistas. Essa *redução* terá que ser analisada criticamente em toda a sua profundidade por Mendonça, tanto em seu contexto como em seu horizonte de validade, inclusive com os seus rebatimentos para os dias de hoje, no terceiro e último volume de sua trilogia sobre Lev Bronstein. Dada sua alta capacidade teórica e analítica, esperamos ansiosamente pela última parte de seu estudo.

VARELA, Raquel. *História do Povo na Revolução Portuguesa (1974-75)*. Lisboa: Bertrand, 2014.

Demian Bezerra de Melo<sup>1</sup>

Quando o regime salazarista português veio a pique em 25 de abril de 1974, o Brasil vivia no auge de sua mais longa ditadura, e a parca notícia de que um movimento iniciado pela média oficialidade militar tinha colocado fim à mais antiga ditadura europeia talvez soasse muito estranho. A estranheza poderia também ser encontrada em outras latitudes latino-americanas, onde também os militares lideravam regimes de força, como no dramático caso chileno a partir de setembro de 1973, oito meses antes do início da Revolução Portuguesa.

Traduzida nos belíssimos versos que Chico Buarque compôs em “Tanto Mar”, a Revolução dos Cravos comemora quarenta anos como um grande canteiro de obras para a historiografia. E num Portugal que hoje presencia um enorme mal-estar social decorrente da chantagem ativa da Troika para com seu Estado social, voltar a pensar na Revolução que foi fundamental para a construção deste mesmo Estado social não pode ser mero exercício de erudição descompromissada. E não é por acaso que esse passado, tão presente, é ele próprio alvo de importantes controvérsias tanto na historiografia quanto na memória social.

O livro da historiadora Raquel Varela *História do Povo na Revolução Portuguesa, 1974-75* é uma contribuição inestimável a este debate, e isso por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar por que se trata de um trabalho calcado numa ampla base empírica, uma copiosa documentação primária a partir da qual o processo revolucionário é apresentado. Em segundo, e talvez mais importante, pelo enfoque *from below*, a partir de baixo, como bem definiu Edward P. Thompson nos anos 1960 (2001 [1966]), e que Eric Hobsbawm

---

<sup>1</sup> Professor adjunto de História Contemporânea do curso de Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Angra dos Reis (RJ).

(1998) posteriormente apontou como característica de uma história social que se notabilizou em dar às classes subalternas o lugar de protagonistas de sua própria história. A propósito disto, o livro do historiador anarquista Howard Zinn *A People's History of the United States* (1980), um dos monumentos desta história vista de baixo, é tomado explicitamente como referência para este trabalho de Varela.

Outro referencial importante, que de certo modo distingue *História do Povo na Revolução Portuguesa* na história social é seu recorte espacial que, referenciado na História Global do Trabalho, supera aquilo que de modo percuciente Marcel Van der Linden denominou de “nacionalismo metodológico”, que consiste em reificar as fronteiras nacionais nas pesquisas históricas, algo que mesmo um trabalho notável como *The Making of the English Working Class* de E. P. Thompson incorre (LINDEN, 2009). Ao contrário, Raquel Varela vai buscar na luta anticolonial da África portuguesa um dos nexos causais fundamentais para o entendimento do processo revolucionário iniciado a 25 de abril. Assim, os revolucionários africanos não são retratados como meros apêndices de um processo que se decidiu na metrópole, mas agentes decisivos da própria crise do Estado Novo português, do mesmo modo que os trabalhadores portugueses são os verdadeiros sujeitos naquela que foi uma das últimas tentativas no século XX de construção de uma sociabilidade para além do capitalismo.

O controle sobre suas próprias vidas que os trabalhadores portugueses construíram durante o processo revolucionário, através de comissões de fábrica, assembleias de bairro etc. é o fio condutor do livro. Aqui também se deve destacar o rigor conceitual na definição de quem seja a classe trabalhadora, lançando mão de uma definição mais alargada – como é próprio da História Global do Trabalho (LINDEN, 2005) – a partir da seminal proposição de Ricardo Antunes, da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 1999), fugindo assim das tradicionais leituras obreristas que a reduzem ao operariado industrial. No mesmo sentido, opondo-se à tendência da historiografia de incorporar acriticamente o instrumental teórico da politologia norte-americana, busca na tradição marxista a caracterização do que seja uma Revolução e seu corolário conceitual (situação revolucionária, crise revolucionária, duplo poder etc.), a partir da sistematização do debate feita por Valério Arcary (2004).

Qual a relação da Revolução com o atual regime democrático liberal português? Em torno a esta questão gira boa parte do debate historiográfico contemporâneo, na qual Raquel Varela neste livro lança ao mesmo tempo uma polémica contra o *revisionismo* simbolizado pelas proposições de Rui Ramos – historiador de direita com grande inserção nos *media* –, mas também contra as proposições oriundas da Ciência Política representado pela *transitologia* cujo nome mais expressivo é o do politólogo Antonio Costa Pinto.

Em um livro que lançou no centenário da Proclamação da República, Ramos (2010) defende posições inaceitáveis sobre o 25 de Abril como as de que: o nível de violência política teria sido maior durante a Revolução do que durante o Estado Novo; de que os militares haviam tomado conta do sistema político-partidário; e principalmente a de que o povo português praticamente “assistiu bestializado” um entrechoque entre elites político-partidárias sem nenhum enraizamento social. Pinçando alguns depoimentos e desprezando os dados já acumulados pela pesquisa histórica, Rui Ramos despreza todas as construções coletivas feitas pelos trabalhadores, chegando ao ponto de sugerir que as assembleias eram tão somente “controladas por militantes manipuladores”, quando toda a pesquisa que vem sendo produzida nos últimos anos e da qual este livro de Raquel Varela pode ser tomado como uma culminância demonstra exatamente o contrário.

Já em seu livro anterior sobre a ação do Partido Comunista Português (PCP) durante a Revolução, Raquel Varela (2011) pôde demonstrar como pelo menos no primeiro ano da Revolução o PCP esteve sempre buscando conter o avanço da ação direta dos trabalhadores, especialmente por sua oposição às greves e ocupações de fábricas, assinalando como muitas posições assumidas pelos comunistas resultaram da pressão das bases sociais. Rui Ramos simplesmente desconsidera essas evidências para submeter a Revolução ao mesmo tipo de operação que no último quartel do século passado François Furet fez com a Revolução Francesa de 1789: amaldiçoar todo tipo de movimento das classes subalternas que se choque com a propriedade privada. Varela escreve:

“A narrativa de Rui Ramos não tem densidade histórica. Ela insere-se num quadro teórico que tenta associar o ‘P[rocesso] R[evolucionário] E[m] C[urso]’ a um momento de caos, desordem e repressão, quadro



esse que só pode ser construído na base da eliminação de factos. A história de um povo que se organiza em comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados, a profunda democracia de base que leva o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, desesperado antes do golpe do 25 de Novembro, a dizer que tudo tinha de passar ‘por plenários’ é substituída por uma história de grandes figuras militares culpadas de manipular todo um povo que não é sujeito histórico de sua vida” (P. 473).

Já a crítica da autora a Costa Pinto concentra-se na teleologia implícita calcada na noção de que o sentido do processo histórico na modernidade é a construção de democracias liberais. O último quartel do século XX assistiu de fato o desmoronamento de uma série de regimes ditatoriais e o triunfo de democracias eleitorais, como pode ser aferido na América do Sul e no Sul da Europa. Assim, na *transitologia*, o 25 de abril é enquadrado como um evento da “inevitável” transição de um regime autoritário para a democracia liberal, sendo descartadas como possibilidades inscritas no processo histórico de outras formas de sociabilidade. Contrariamente, pesquisas como a de Raquel Varela demonstram como entre os trabalhadores portugueses o debate sobre o socialismo nunca foi tão intenso, a ponto de – outra coisa lembrada pela autora – a própria Constituição de 1976 ter inscrito entre seus objetivos a construção de uma “sociedade sem classes” (P. 16). E mesmo tendo a Constituição sido elaborada já no período posterior ao 25 de novembro de 1975, depois da “interrupção” do processo revolucionário e de triunfo da contrarrevolução, o eco das energias revolucionárias ainda puderam ser sentidos.

Neste ponto cabe também comentar outra polêmica que Raquel Varela desenvolveu com o professor Fernando Rosas, seu colega do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, justamente sobre o tema da relação entre a Revolução e o atual regime demoliberal português. Em importante contribuição, direcionada entre outras coisas a refutar proposições revisionistas como a de Rui Ramos, Fernando Rosas assinala a importância da Revolução para a construção do Estado-providência, dos direitos sociais universais, do sistema de educação pública e da saúde pública, em suma, do Estado social português. Destacando este ponto, entende o 25 de abril como a “marca genética” da democracia portuguesa (ROSAS, 2012), embora também

diga que desde os anos 1980 as conquistas sociais venham sendo submetidas ao que chama de “liquidação legislativa” própria da aplicação do ajuste neoliberal.

Ao contrário de Rosas, Varela propõe a compreensão do atual regime demoliberal português como “resultado da luta de classes, da revolução e da contrarrevolução”, embora não tenha sido “seu resultado inevitável” (p. 479). Para a autora, a contrarrevolução desencadeia-se a partir do reestabelecimento da hierarquia militar com a dissolução do Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de Novembro de 1975, isto é, antes da constitucionalização do país, e nesse sentido o atual regime democrático é filho da normalização da dominação burguesa em Portugal.

Diferentemente das contraposições da historiadora a Rui Ramos, está claro que a controvérsia de Varela com Rosas encontra-se no campo de um embate entre dois historiadores da esquerda socialista, com destacada participação nos embates públicos de seu país, no caso de Rosas mesmo de antes dos acontecimentos revolucionários de quarenta anos atrás. Fogem do figurino academicista pretensamente isento e estão, portanto, conscientes da importância de sua interpretação do passado para as disputas políticas do presente. Do ponto de vista marxista é difícil não dar razão a Varela, já que a interpretação de Rosas parece abstrair que o atual regime demoliberal não se resume ao Estado social, mas também ao seu aparelho de repressão e de garantia à propriedade privada, e portanto é uma forma do Estado burguês. Como consequência, diferentes interpretações sobre a natureza do regime político vigente implicam em estratégias políticas distintas.

A vitalidade e as possibilidades da historiografia marxista têm em *História do Povo na Revolução Portuguesa* um de seus melhores exemplos. Uma pesquisa de fôlego, com consistência teórica e inserida nas questões de seu tempo.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da história*. São Paulo: Xamã, 2004.

HOBBSBAM, Eric. A história de baixo para cima. In *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.216-231.

- LINDEN, Marcel Van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 11-40, 2005.
- \_\_\_\_\_. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 10-26, jan-jun 2009.
- RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera do Livro, 2010.
- ROSAS, Fernando. Notas para um debate sobre a Revolução e a Democracia. In: Varela, Raquel (org.). *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2012, p. 251-283.
- THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Unicamp, 2001, p. 185-201.
- VARELA, Raquel. *A história do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.
- ZINN, Howard. *A People's History of the United States*. Nova Iorque: Harper Collins, 1980.

JENNINGS, Andrew et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

Romulo Costa Mattos<sup>1</sup>

*Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* é uma obra idealizada e organizada coletivamente pelas equipes da Boitempo e da Carta Maior. Contando com 11 artigos, escritos por diferentes autores, o livro lança olhares multifacetados sobre os megaeventos esportivos sediados no Brasil e, especialmente, a relação deles com a cidade. Trata-se do terceiro volume da coleção Tinta Vermelha, por meio da qual a editora e a publicação eletrônica multimídia citadas investem em trabalhos de intervenção e teorização de temas conflituosos do cotidiano. Antecederam a coletânea aqui analisada os livros *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas* (2012) e *Cidades Rebeldes: Passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (2013).

Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), João Sette Whitaker Ferreira escreve a alentada apresentação de *Brasil em jogo*. Intitulado “Um teatro milionário”, o seu texto primeiramente aborda o surgimento da ideia de “marketing urbano” em meados dos anos 1980. Nesse contexto de transição para o neoliberalismo nos países desenvolvidos, a solução para a crise instaurada nas cidades foi transformá-las por meio da construção de grandes equipamentos culturais. Mas o “marketing da cidade” veio acompanhado da valorização e elitização.

Ferreira mostra como essa receita foi aprofundada nos anos 1990, quando as cidades, em suas pretensões globais, passaram a disputar os fluxos de capitais financeiros. Em plena crise econômica, os grandes eventos legitimaram as

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

“requalificações de bairros obsoletos” com o dinheiro público, uma vez que moviam paixões e eram popularmente aceitos. Nesse movimento, foram alavancados negócios milionários para o setor privado, e a experiência desenvolvida em Barcelona (1992) se tornou um paradigma. Além do Comitê Olímpico Internacional (COI), a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) transformou espetáculos esportivos em grandes negócios. Mas a proximidade de seus dirigentes do poder foi responsável por diversos escândalos de corrupção.

Vemos também nessa introdução quem ganha com os megaeventos: as instituições organizadoras, os governos e principalmente os mercados da construção civil, fundiário e imobiliário. Sendo que a quantidade ciclópica de capitais envolvidos nessas operações apenas “aprofunda a dinâmica estrutural de desigualdade urbana e segregação socioeconômica” (p. 10). Outro ponto abordado foi a caminhada dos megaeventos para o Sul, tendo em vista que nos países do Norte, aqueles procedimentos (questionáveis sob o ponto de vista dos interesses da coletividade) não vinham passando despercebidos.

O último tema destacado por Ferreira é o da Copa eleitoral, uma vez que, no seu entender, a realização do maior evento do futebol foi uma aposta política. A eclosão das Jornadas de Junho mostrou o risco em torno dessa empreitada. O professor vê uma supervalorização especulativa por trás dos protestos de 2013, e até tenta desfazer certos mitos criados pela esquerda. Mas ele certamente se equivoca ao afirmar: “Nem mesmo a repressão a manifestações, tão temidas por aqui, têm sido especialmente pior o que se vê nas manifestações europeias” (p. 15). A realidade do Rio de Janeiro como um “laboratório de agenciamentos estatais coercitivos” (BRITO; OLIVEIRA, 2013, p. 66), enxergada inicialmente nos territórios pobres, foi confirmada em toda cidade nas Jornadas de Junho e durante a Copa. Vimos o emprego de novos armamentos – como a arma sônica, o carro blindado equipado com jatos d’água e a bomba de gás lacrimogêneo três vezes mais potente do que o normalmente empregado pelas forças de segurança brasileiras – e a prisão “preventiva” de 26 ativistas, às vésperas do ato na final da Copa. Mas apresentação do livro não pode ter sua relevância (tanto política quanto acadêmica) diminuída por esse deslize; vale ressaltar que o pesquisador argumenta no sentido de que as previsões alarmistas da Copa foram “um exagero politicamente certo” (p. 15).

*Brasil em jogo* se desenvolve em torno desses temas abordados por Ferreira. Neste tópico, analisaremos quatro textos afinados em torno da temática da questão urbana. Também professora Fauusp, Ermínia Maricato é autora de “A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana”. Ela lista as consequências comuns às políticas de “modernização” das cidades, consagradoras do “urbanismo de espetáculo” (p. 17): endividamento, especulação imobiliária e gentrificação. Percebe que os megaeventos potencializam uma determinada tendência das cidades na globalização neoliberal: a de regular o assalto às economias nacionais, com propostas de renovações urbanas que incluem grandes obras e flexibilização da normativa urbanística. E destaca as propostas contidas nos “planos estratégicos”, perfeitamente afinados com o ideário neoliberal – sendo que, no Brasil, esses documentos cumprem o papel de “desregular, privatizar e fragmentar” (p. 19). Nessa toada, o mercado ganha um papel absoluto, e se reforça a ideia de cidade autônoma que precisa se instrumentalizar para competir por investimentos com as demais cidades. Trata-se da “cidade-mercadoria” ou da “cidade-empresa”, “que deve ser gerida com tal” (p. 20).

A pesquisadora também se preocupa em elaborar uma síntese dos aspectos que se repetem nos processos que acompanham os megaeventos (os chamados legados negativos): as “obras monumentais sem utilidade, serviços que fogem à prioridade social, dívidas enormes” (p. 23). E encerra o seu texto ressaltando as vitórias obtidas pelos movimentos sociais de esquerda, que aumentaram a sua presença nas ruas a partir de junho de 2013.

Outro trabalho que aborda a gestão do espaço urbano em tempos de barbárie neoliberal é “Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda”, de Raquel Rolnik, também professora da Fauusp. Por ter sido relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para o direito à moradia adequada, ela testemunhou o fato de que a realização dos megaeventos leva governos de todo mundo a promover remoções de comunidades sem respeitar os padrões internacionais de proteção do direito à moradia.

Assim como Maricato, Rolnik destaca o contexto dos anos 1990, a partir dos quais vem ocorrendo dois fenômenos, em termos de política urbana: a diminuição do papel do Estado no atendimento de demandas urbanísticas e o

aumento da importância de um urbanismo ligado a grandes projetos urbanos destinados à captação do excedente financeiro global. Vale mencionar que, no tocante à política urbana, Maricato (p. 20) ressaltou que vem sendo ignorado o seu requisito central: o uso e a regulação do solo. Dialogando com essa perspectiva, a colaboradora do ONU aponta para o fortalecimento nos dias atuais do chamado urbanismo *ad hoc* – relacionado com as “operações imobiliárias sustentadas na ideia do legado urbano e das transformações urbanísticas proporcionadas pelos jogos” (p. 67).

A professora propõe que a valorização imobiliária e os processos de gentrificação decorrentes de tal modelo têm efeitos ainda mais danosos nos países em desenvolvimento, pois são exatamente as partes das cidades autoproduzidas pelos próprios moradores que correspondem às áreas “marcadas para morrer” (p. 68). A autora também encerra o seu texto com uma reflexão sobre as Jornadas de Junho, que, no seu entender, expuseram o descontentamento com a vida nas cidades e, mais particularmente, a questão do direito à cidade – afinal, o nosso padrão de urbanidade “está voltado para favorecer quem sempre se favoreceu dele” (p. 70).

O artigo assinado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), “O que quer o MTST?”, parte de preocupações semelhantes àquelas encontradas no trabalho de Rolnik. Em tom ainda mais engajado, Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores a política de incentivos diretos do governo federal ao setor da construção civil atingiu os trabalhadores mais pobres – uma vez que o valor do aluguel cresceu brutalmente. Os autores lembram que as ocupações do MTST estão justamente relacionadas com a falta de política urbana para regular o mercado imobiliário e priorizar os interesses sociais. Ao mesmo tempo que veem a Copa como um agravante desse processo, pois “onde há megaevento há aumento da especulação imobiliária” (p. 86). Os intelectuais de tal movimento social entendem que a mudança do quadro atual passa necessariamente por uma reforma urbana, que rediscuta a apropriação social do espaço, dos bens e dos serviços urbanos. O argumento militante dos mesmos aparece ainda na afirmação de que uma mudança dessa natureza não virá do Congresso Nacional, e sim de baixo, por meio do poder popular.

O último texto que analisa criticamente as relações entre os grandes projetos urbanos e os megaeventos é o de Carlos Vainer. O professor do

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro divide os seus argumentos entre oito pontos principais. O primeiro ponto trata dos novos tipos de arranjo institucional e administrativo. Aqui o foco se volta para as agências e órgãos especiais que são responsáveis por um governo paralelo e de exceção – no Município, no Estado e na União –, com prejuízos para a transparência e o controle político e social. Dessa forma, o discurso da eficiência golpeia a democracia urbana. O segundo aborda a dimensão urbanística, ou seja, “os grandes equipamentos e projetos que introduzem descontinuidades na malha e na paisagem urbanas preexistentes, bem como suas configurações ou expansões” (p. 73). Sem dúvida, emergem dos megaeventos cidades mais desiguais e socialmente mais segregadas. E isso se relaciona com o fato de que os investimentos realizados são apropriados pelos setores de renda média e alta, mas acima de tudo pelos detentores da propriedade fundiária e pelos capitais da promoção imobiliária.

O terceiro ponto se refere à dimensão legal, à criação de regras *ad hoc* que geram descontinuidades no espaço legal da cidade e promovem a “cidade de exceção”. Apontando para as aberrações legais que acompanham os megaeventos, o autor escreve em retórica dramática: “A democracia é sacrificada no altar da cidade de exceção e da democracia direta do capital” (p. 74). Já o quarto corresponde especificamente à dimensão fundiária-imobiliária. Aqui há a explicitação de que as cidades são marcadas pela valorização acelerada do solo, resultante dos movimentos especulativos favorecidos pela intervenção estatal. Nesse sentido, ao mesmo passo que ocorre a privatização dos recursos públicos, acontece o aprofundamento das desigualdades e da segregação sócio-espacial.

A dimensão ambiental não ficou de fora do texto de Vainer, sendo que tal preocupação constitui o quinto ponto por ele analisado. Além da “insana e insustentável” (p. 74) extensão da malha urbana, vem ocorrendo a promoção de redes de transporte dependentes do transporte rodoviário. Assim, na contramão do que se faz no mundo, teremos “cidades carbono intensivas e ambientalmente irresponsáveis” (p. 75). O sexto ponto se acerca da dimensão escalar, e parte do princípio de que há uma estreita solidariedade entre os governantes dos três níveis federativos, além da presença de grandes corporações nacionais e estrangeiras na maioria dos contratos públicos. Essa extensa e complexa rede



forças e interesses econômicos e políticos gera cidades mais dependentes e subordinadas aos grandes capitais internacionais.

A reflexão sobre a dimensão simbólica é encontrada no sétimo ponto. Aqui são mencionadas as representações associadas aos megaeventos, que prometem como legado cidades mais competitivas em escala global – embora, para Vainer, os protestos e os problemas de estrutura e planejamento tenham comprometido o marketing urbano das cidades-sede da Copa. O pesquisador reserva para o último ponto a dimensão política. No seu entender, os protestos de 2013 desnudaram a crise profunda de uma democracia restringida, e parecem ter colocado em cheque a consolidação de coalizões dominantes no nível municipal, estadual e federal – embora vejamos nesse argumento específico certo exagero. O seu julgamento é o de que o legado pode ter sido “uma cidadania mais ativa, uma vida cívica mais capacitada para transformar os rumos e destinos da cidade” (p. 77).

Outro bloco temático observado em *Brasil em jogo* se refere às negociações pouco transparentes promovidas pelos agentes do COI e das Olimpíadas. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Neuma Gusmão de Oliveira inicia o seu texto com um histórico acerca dos Jogos Olímpicos, com o objetivo de identificar as origens da pretensão de autonomia política, financeira e jurídica do esporte. Ao analisar a espetacularização desse, a autora mostra como, no século XX, o programa de marketing das Olimpíadas conseguiu unir as lógicas do mercado e dos valores morais do Olimpismo. E, lembrando a existência de homens íntimos de ditaduras por trás do vitorioso discurso de amor ao esporte, não perde a oportunidade de dar nome aos bois: João Havelange, presidente da Fifa entre 1974 e 1998, e Juan Samaranch, à frente do COI de 1980 a 2001. Ambos mantiveram ótimas relações com Horst Dassler, dono da Adidas – que até a sua morte, em 1987, impôs com sucesso a estratégia de manter executivos de sua confiança em cargos importantes em federações e agências de atletismo.

Na última parte de seus escritos, Oliveira relaciona o tema do marketing esportivo ao processo ocorrido nas cidades. Assim, identifica uma engrenagem movida por três rodas de disputas: “dos difusores, pela exclusividade de transmissão em cada território, dos patrocinadores, pela exclusividade por categoria de produto e das cidades, por sediar os eventos” (p. 30). O seu texto é

encerrado com uma referência ao discurso do legado, promovido para abrandar ou anular as críticas aos elefantes brancos e ao autoritarismo que acompanham os megaeventos. Cabe mencionar que a autora vê “em aberto” (p. 31) o resultado das lutas travadas na sociedade civil contra o poder do espetáculo.

O texto de Oliveira está bastante próximo do de Andrew Jennings, o premiado jornalista investigativo escocês, autor de *Jogo Sujo, o mundo secreto da Fifa* (2011), que denuncia as transações e negociações ocorridas nos bastidores da entidade reguladora mundial do futebol. O seu artigo “A máfia dos esportes e o capitalismo global”, redigido com humor crítico, afirma que o funcionamento do COI e da Fifa não é muito diferente: os figurões de ambas as entidades aparecem frequentemente nas mesmas cenas obscuras. Nomes como Samaranch, Havelange e Dassler (assim como as relações privilegiadas de dirigentes com governos totalitários) voltam à tona, em termos ainda mais pejorativos do que no texto anteriormente citado.

Consciente de que o esporte dá às corporações um posto avançado em nossas mentes, motivo pelo qual o capital gosta tanto de esporte, o repórter investigativo salienta que “tocar o futebol mundial é hoje uma operação destinada a servir às corporações” (p. 55). Com a certeza de que o capital encontrou no esporte uma forma de se legitimar e de se camuflar, afiança que o conceito de esportes “universais” foi implantado para transcender barreiras culturais e regulatórias mundo afora. E entende que, se em nome da autonomia do esporte, COI e Fifa não pagam impostos, e os brasileiros pagam, “isso é roubo!” (p. 56).

O artigo que consegue fazer uma ponte com as preocupações presentes nos textos até aqui analisados é o de Jorge Luiz Souto Maior, intitulado “Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente”. Ao esmiuçar a lógica do “Estado de exceção”, o professor da Faculdade de Direito da USP denuncia a submissão dos governantes locais, que forçam a aprovação de leis específicas e excepcionais para garantir os seus privilégios. A sua fonte principal é a Lei Geral da Copa (LGC), fruto de um ajuste firmado entre o governo brasileiro e a Fifa, para atender às demandas da afamada entidade e, conseqüente, garantir a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo. Esse acordo simplesmente implicou a suspensão de várias normas constitucionais.

O autor recorda que o governo que se esforça para garantir e proteger os ganhos da FIFA – se comprometendo a pagar indenizações por qualquer lesão sofrida por essa federação esportiva – é o mesmo que se esquivava de zelar pelos direitos dos trabalhadores envolvidos com a Copa. Aqui o jurista não se refere apenas aos acidentes de trabalho, ao não recebimento de horas extras e aos atrasos de pagamento; aponta também para a permissão do trabalho infantil (Recomendação n. 3/2013, do CNJ) e voluntário (art. 29 da LGC) nas atividades relacionadas com a competição – o que particularmente institucionaliza o trabalho em condições análogas à escravidão.

A questão é que fica difícil enquadrar a Fifa na lei n. 9.608/98, por si só de discutível constitucionalidade, uma vez que ela está longe de ser uma entidade sem fins lucrativos. Muito pelo contrário: acrescentamos que o estudo da consultoria BDO aponta que a entidade máxima do futebol pode ter faturado cerca de R\$ 10 bilhões com a Copa de 2014. Ao mesmo tempo, de acordo com o Tribunal de Contas da União, o total das renúncias na arrecadação de impostos que caberiam à Fifa, suas parceiras, empreiteiras e afins na realização da Copa chega a R\$ 1,1 bilhão no período de 2010 a 2014 – apenas em impostos federais.

Para completar o borrado quadro trabalhista, Souto Maior se refere criticamente à resposta repressiva da Justiça do Trabalho, que estabeleceu um sistema de plantão para julgar prontamente as greves ocorridas durante o Mundial. Diferentemente do jurista, que desenvolve um diálogo direto com a maioria dos autores de *Brasil em jogo*, José Sérgio Leite ficou possivelmente deslocado na coletânea. Em “Transformações na identidade nacional construída através do futebol: lições de duas derrotas históricas”, o Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ reflete sobre as reações sociais ao infortúnio da seleção brasileira nas Copas de 1950, no Brasil, e de 1998, na França.

Na primeira Copa sediada em nosso país, o revés sofrido no último jogo do torneio, contra o Uruguai, traumatizou a construção de uma identidade nacional coletiva dissociada da política e do contexto patriótico militar habitual. O pensamento social conservador se nutriu sobremaneira de tal derrota, e se fartou ao apontar para a inaptidão dos negros e mestiços para competições. A vitória final da inversão dessa estigmatização viria com a conquista da Copa de 1958, na Suécia, com a progressiva “morenização” dos jogadores.

A tragédia nacional de 1950 gerou uma autorreflexão coletiva. Na Copa de 1998, não se tratava mais de responsabilizar os atletas, como representantes das carências populares e da nacionalidade brasileira – e sim os dirigentes, por terem gerido mal o favoritismo. A derrota na final, diante do selecionado da França, desencadeou um processo de politização da derrota, observado nas duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional: uma na Câmara dos Deputados, para investigar o contrato entre CBF e Nike, e outra no Senado, tendo por objeto os negócios ilegais envolvendo dirigentes.

Na conclusão, Lopes aponta para os significados em torno do ato de sediar a Copa de 2014. A sua primeira reflexão é a de que: “Assim como em 1950, o país foi acionado pela Fifa depois de crises europeias – em 1950 pelo pós-guerra e em 2014 pelas consequências da crise mundial de 2008” (p. 49). Nesse ponto, acreditamos mais na explicação de Ferreira (p. 11), segundo a qual a caminhada para o Sul realizada pela Fifa (mas também pelo COI) é de caráter estratégico. Ela tem relação direta com a reação cada vez mais negativa das populações dos países do Norte aos megaeventos esportivos, e também com a extrema permissividade dos sistemas políticos da maioria das nações em desenvolvimento. Os países “emergentes” têm sido a escolha preferencial desde o fim da década passada para sediar eventos esportivos, conforme observou Maricato (p. 23).

A segunda ponderação de Lopes é a de que ser o país-sede significa dar conta do aumento da complexidade dos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro – que sofre o impacto do sistema Fifa e suas patrocinadoras multinacionais. A terceira e última é a de que os efeitos advindos de sediar a Copa propiciaram um ciclo de manifestações por melhorias das políticas públicas. Somente nesse momento, o texto do antropólogo abandona o tom neutro, em prol de uma abordagem mais engajada, que acentua a ideia de que o Mundial fez surgir “uma economia moral, um catalizador de reivindicações” (p. 50) – o que parece ter sido o principal legado da Copa. Portanto, ao se acercar das Jornadas de Junho nas últimas linhas de seu trabalho, o antropólogo consegue construir uma breve linha de contato com a maior parte dos autores que compõem a coletânea aqui analisada.

Dois textos governistas completam o livro. Um deles foi escrito por Luis Fernandes, secretário executivo do Ministério do Esporte e coordenador dos

Grupos Executivos do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Trata-se do homem de confiança de Dilma Rousseff, que já foi tratado na grande imprensa como “xerife da Copa de 2014” (BERLINCK, 2012). Não à toa, as palavras “desenvolvimento” e “legado” são repetidas *ad nauseam*. Se por um lado devemos ter o cuidado de não confundir “crescimento econômico” e “desenvolvimento”, por outro, acreditamos não ser necessário, a essa altura, gastar muita energia para relativizar o “legado” positivo da Copa – que deve ser entendido como um chavão dos dirigentes esportivos, dos governantes, políticos e grande mídia, como quer Vainer (p. 70). Apenas ratificamos que, em vez de Copa do Mundo e Olimpíada ajudarem a cidade a alcançar um plano urbanístico válido por um longo prazo, a cidade é que está se adequando para acomodar os eventos esportivos (KASSENS-NOOR, 2012).

O texto de Fernandes trabalha basicamente com a ideia de que os megaeventos são uma “oportunidade” única na História para acelerar o “desenvolvimento” do Brasil por meio de seu “legado” – amplo e abrangente a ponto de atingir a dimensão urbana, a economia, o campo esportivo, a área social, a esfera sociocultural, o meio ambiente e o domínio político. O artigo se aproxima de uma peça de ficção quando inclui a meta de melhoria da habitação na dimensão urbana e a dos direitos do cidadão na área social, por exemplo. O curioso é que uma das heranças previstas na esfera sociocultural seria o fortalecimento da autoestima nacional – o autor não contava com a retumbante derrota da seleção brasileira por 7 x 1 diante da Alemanha.

O autor trata como equivocada a visão que supõe existir um antagonismo entre sediar os megaeventos esportivos no Brasil e ampliar os investimentos em saúde e educação no país. Para fundamentar o seu ponto de vista, cita o custo global de R\$ 8 bilhões dos estádios, com o adendo de que os recursos investidos pelo governo federal representam metade desse valor e são oriundos de uma linha especial de financiamento do BNDES – “que não concorre com recursos destinados à Saúde e à Educação, cuja origem é o Orçamento Geral da União” (p. 63). Ao mesmo tempo, lembra que, de 2010 a 2014, apenas os investimentos do governo federal em saúde e educação totalizaram R\$ 825 bilhões.

Nesse caso, precisamos estar atentos para a forma como os dados são manipulados por Fernandes. Aquele valor se refere a todos as despesas com

saúde e educação, desde o pagamento de pessoal aos gastos com o custeio das pastas, e não apenas aos investimentos – que incluem somente as aplicações em obras e compras de equipamentos. Se recorrermos ao Portal Transparência, do próprio governo federal, veremos que o valor consumido em estádios é maior do que os investimentos, separados, em saúde e em educação no ano de 2013, por exemplo.

Apesar de o executivo dos esportes ter ressalvado que os megaeventos não são “uma varinha de condão” (p. 64) capaz de mudar da noite para o dia o cenário país, o seu texto lembra um conto de fadas petista. O outro texto governista é ambíguo e tenta por vezes camuflar o seu caráter encomiástico. Intitulado “A Copa, a imagem do Brasil e a Batalha da comunicação”, o seu autor é Antonio Lassance, técnico de planejamento de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O argumento central, desenvolvido em tom de lamúria, é o de que o governo estaria perdendo a batalha da comunicação – tendo havido, inclusive, um “desmoronamento da opinião pública favorável ao evento” (p. 81). Decerto, essa hipótese não se confirmou durante a Copa de 2014, que foi um sucesso de vendas de ingressos e de audiência televisiva.

Para defender a opção pelos megaeventos, e combater os críticos da Copa, especificamente, Lassance promove a caricatura da luta política empreendida pelos setores de esquerda:

“O brasileiro continua a ser um bestializado. Um antieuclediano, pois é, antes de tudo, um fraco. Se o assunto, no caso, é o futebol, o coitado que se meteu a organizar a competição, se dependesse da turma do #NãoVaiTerCopa, não poderia sequer aproveitar o momento como torcedor, pois mais importante é ele se conscientizar de que não passa de uma reles vítima da Copa” (p. 80).

O autor pode até confundir o leitor incauto ao elaborar uma crítica meramente circunstancial ao próprio projeto que defende: “Os governos, em todos os níveis, deram sua contribuição para fornecer matéria-prima à esculhambação contra a Copa” (p. 81). Mas o seu governismo, em certos momentos, beira as raias do nacionalismo ufanista: “A maioria deles [os governos] demorou a acordar para o fato e que o mais importante seria mostrar ao mundo do que o país é capaz” (*idem, ibidem*).

Apesar de, às vezes, captar elementos da realidade para construir a sua crítica àqueles que negam a validade dos megaeventos, os escritos do técnico do Ipea podem enveredar para a fantasia: “Em termos de mensagem [governamental], outro erro de estratégia. Não se discutiu o legado (...), nem se mostrou o avanço social por trás das obras” (p. 81-82). Pelo contrário, o suposto legado positivo é justamente o principal discurso legitimador dos megaeventos, um mantra dos tempos neoliberais. Quanto à ideia de “avanço social por trás das obras”, talvez seja relevante citar os acidentes de trabalhos (alguns fatais), o festival de terceirizações, o desrespeito à legislação trabalhista e as remoções que comprometem o direito à cidade da população mais pobre. Igualmente impressionante é a sua relativização ou mesmo naturalização da especulação imobiliária relacionada com os megaeventos:

“Alguns se aproveitaram do momento para martelar que a Copa foi usada como pretexto para a especulação imobiliária. Incrível saber, pela primeira vez, que o setor imobiliário é o único setor capitalista do mundo que precisa de pretextos para especular” (p. 83).

É escusado dizer que esse trecho, carente de densidade acadêmica, contraria a maioria dos textos aqui analisados. Não obstante, o (involuntário) toque de humor surreal surge nos últimos parágrafos:

“A Copa que impede vendedores ambulantes nas proximidades dos estádios fez com que nos esquecêssemos da luta que sempre se travou contra o trabalho precário e contra a forte suspeita de que, por trás de muito do que se vende nas ruas, está a exploração do trabalho infantil e de imigrantes em fábricas clandestinas que produzem material contrabandeado” (p. 84).

Como já nos referimos à precariedade do trabalho relacionado com a Copa, resta acrescentar, com Souto Maior (p. 35), que a Prefeitura de São Paulo, ao impedir a comercialização nas áreas reservadas exclusivamente à Fifa, acabou interrompendo um processo de negociação iniciado em maio de 2012 com os ambulantes que atuavam na cidade, em especial na região central.

Achamos que os dois artigos governistas analisados não têm relevância para uma obra que pretende ser de intervenção, e que é vendida a baixo custo para torná-la acessível ao maior número de pessoas – “estimulando-as, quem sabe, a ir às ruas por mudanças”, conforme afirma o texto de divulgação da coleção

Tinta Vermelha. Certamente, o deslocamento do engajamento político para a direita não redundará em ganhos para o debate – os argumentos empregados para defender o urbanismo *ad hoc*, além de inconsistentes, podem tornar confusa a linha editorial da citada coleção.

Em termos gerais, vale registrar que não era mesmo possível para os colaboradores do livro prever que, justamente porque os protestos de 2013 abriram um novo horizonte na luta de classes, as forças da reação se rearmariam e se colocariam em posições mais abertamente agressivas (BADARÓ, 2014). Como vem sendo falado nos últimos meses, a direita “saiu do armário” (BOULOS, 2014). Um ponto levemente questionável é a repetição de temas e autores presentes em *Cidades Rebeldes* – o que pode se tornar cansativo para o leitor que acompanha com atenção os lançamentos da coleção Tinta Vermelha e, certamente, não contribui para a descentralização dos lugares institucionais de fala. Seja como for, *Brasil em Jogo* contribui para o entendimento do verdadeiro legado dos megaeventos – o negativo –, em suas várias vertentes, além de ser um balanço relevante do país um ano depois dos protestos que conquistaram as ruas do país.

### Referências bibliográficas

- BERLINCK, Deborah. Luís Fernandes, ligado a Dilma, é novo xerife da Copa de 2014. *O Globo*, 9 mai. 2012. Acessado em: 25 set. 2014. Disponível em: <http://glo.bo/1x99LvP>
- BOULOS, Guilherme. Onda conservadora. *Folha de S. Paulo*, 9 out. 2014. Acessado em 10 out. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1pVl2tZ>
- BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. Territórios transversais. In: JENNINGS, Andrew. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.
- JENNINGS, Andrew. *Jogo Sujo: o mundo secreto da FIFA: compra de votos e escândalo de ingressos*. São Paulo: Panda Books, 2011.
- KASSENS-NOOR, Eva. *Planning olympic legacies: transport dreams and urban realities*. New York: Routledge, 2012.
- MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.



MATTOS, Marcelo Badaró. A necessidade de uma política: as eleições brasileiras de 2014 e os dilemas da esquerda socialista no segundo turno. *Capitalismo em desencanto*, 2014. Acessado em 15 out. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1gthBq>